

EA4420



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

Quadragésima-quarta sessão da Comissão Económica para África



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Sexta sessão da CAMEF

4ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças e Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico

Adis Abeba, Etiópia
28 – 29 de Março de 2011

E/ECA/COE/30/10
AU/CAMEF/EXP/10(VI)
7 de Fevereiro de 2011

Original: Inglês

Situação da Integração em África: Recentes acontecimentos e iniciativas, dificuldades enfrentadas e perspectivas

I. Introdução

1. A trajectória para a integração de África não tem sido fácil. Contudo, ela tem sido marcada por uma série de iniciativas e principais decisões políticas, quer para acelerar o seu ritmo ou para incutir uma nova dinâmica, e integrar variáveis de novos ditames nas relações económicas internacionais. Portanto, desde a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) a 25 de Maio de 1963, o processo de integração continental testemunhou vários momentos de recuperação como simbolizado pelos acontecimentos sucessivos.
2. Contudo, apesar da adopção e implementação das iniciativas anteriores, os resultados alcançados na integração regional e continental continuam heterogéneas. Enquanto certas Comunidades Económicas Regionais (CER) alcançaram resultados tangíveis em alguns sectores específicos, outras tiveram resultados relativamente decepcionantes em termos de realização dos objectivos do Tratado de Abuja. A UA, o principal arquitecto que deve gerir e avaliar o sucesso do processo de integração de África, não está a cumprir na íntegra o papel a si atribuído, particularmente nas áreas de coordenação, harmonização, monitorização e avaliação da implementação das actividades, projectos e programas destinados a promover o processo de integração regional e continental.
3. As CERs, que são consideradas como os incontestáveis pilares deste projecto de integração digno de apreço, continuam a enfrentar enormes desafios na implementação de actividades e programas que visam acelerar a integração regional. De acordo com a actual avaliação, várias CER continuam a enfrentar desafios, em particular nas seguintes áreas: recursos financeiros inadequados, falta de recursos humanos, adesão a vários organismos pelos países, duplicação de mandatos, cooperação insuficiente entre as CER, fraca coordenação e harmonização de políticas, infra-estruturas institucionais frágeis, e políticas inconsistentes das instituições Pan-Africanas. Isto contribui de forma significativa para o lento progresso rumo à integração regional e continental.
4. Os parceiros de desenvolvimento, particularmente os doadores, não têm, no geral, conseguido ter um controlo sobre as actividades, projectos e programas prioritários regionais ou continentais devido a desarmonia institucional e organizacional que caracteriza os principais actores na arena de integração de África. Como resultado, alguns parceiros de desenvolvimento carecem de direcção para prestar apoio às actividades de integração regional. É muito provável que isto ponha em risco a base do processo de integração. Um bom exemplo é a diferença na configuração das CER pela CUA e UE através dos APE.
5. Para encontrar uma solução efectiva e sustentável para esta situação que tende a persistir, a Comissão da UA, em estreita colaboração com as CER, adoptou uma série de iniciativas, incluindo a recente sobre o Programa de Integração Mínima.

II. Situação da Implementação do Tratado de Abuja

6. O objectivo deste documento é destacar a actual situação do processo de integração regional em África, incluindo os desafios e constrangimentos.

Fornecer igualmente as soluções para superar esses desafios, particularmente o PIM.

- Para este efeito, o documento destaca a perspectiva dos Directores Executivos das CER em relação às questões críticas tais como o desenvolvimento de infra-estruturas, programa de integração mínima e questões sobre economia rural e agricultura.

1. Avaliação recente do processo de integração em África

- A tabela abaixo destaca os progressos alcançados pelas CER na implementação do Tratado de Abuja.

Tabela 1 Quadro sinóptico do processo de integração em África

AO NÍVEL DAS CERs								
Fases de integração previstas no Tratado de Abuja	CEDEAO	COMESA	ECCAS	IGAD	CEN-SAD	EAC	SADC	Data de conclusão prevista no Tratado de Abuja
Primeira fase: (5 anos) Reforçar as CER								1999
Segunda fase: (8 anos) Coordenar e harmonizar as actividades e eliminar gradualmente as barreiras tarifárias e não tarifárias				X				2007
Terceira fase: (10 anos) Zona de Comércio Livre e União Aduaneira	X (2009)	X (Junho de 2009)	X (2011)	A ser determinado	X A ser determinado	X	X (2011)	2017
			A nível	Continental				
Quarta fase: (2 anos) União Aduaneira Continental								2019
Quinta fase: (4 anos) Mercado Comum Continental								2023
Sexta fase: (5 anos) União Económica e Monetária Continental								2028

Fonte: Comissão da União Africana, Questionário sobre o PIM

- A tabela abaixo ilustra perfeitamente a natureza não homogénea dos níveis de integração alcançados pelas respectivas CER. Enquanto a primeira fase, que envolve o reforço do quadro institucional das CER existentes e a criação de novas CER, onde ainda não existam, parece ter sido alcançada pela CUA e virtualmente por todas as regiões, importa referir que as dificuldades começaram a surgir no que diz respeito à segunda fase em que o problema é a coordenação e harmonização das actividades e, em particular, a eliminação gradual das barreiras tarifárias e não tarifárias. Por exemplo, enquanto o IGAD ainda está por alcançar a segunda fase, as outras Comunidades Regionais parecem estar a hesitar em tomar medidas decisivas para entrar na terceira fase, simbolizada pela criação de zonas de comércio livre e uniões aduaneiras.
- Apesar dos progressos significativos que estão a ser alcançados pelas CER, a avaliação revela que uma série de desafios ainda prevalece.

2. Desafios e constrangimentos enfrentados

11. As CERs reconhecem unanimemente que os factores a seguir indicados são a causa do seu baixo desempenho: falta de recursos financeiros e humanos; adesão a diversos organismos pelas várias CER; persistência das barreiras tarifárias e não tarifárias; infra-estruturas físicas inadequadas; falta de coerência e relações entre os programas de cooperação sectoriais e políticas macroeconómicas implementadas pelas CER; falta de mecanismos de coordenação nacionais; não aplicação de protocolos com respeito à integração económica; falta de vontade política, incapacidade para incluir objectivos, planos e programas de integração nos planos nacionais de desenvolvimento; fragilidade da arquitectura institucional; coordenação insuficiente entre as instituições Pan-Africanas; e falta de coesão entre os vários parceiros de desenvolvimento.

III. Respostas da Comissão da União Africana

12. Para superar esses desafios, a CUA adoptou várias iniciativas e decisões de políticas destinadas a acelerar a integração regional.

1. Principais decisões de políticas recentes

13. Adopção, em Janeiro - Fevereiro de 2009, da Decisão de transformar a Comissão em Autoridade, cujo conteúdo foi adoptado pela última Cimeira em Sirte.
14. A actual estrutura da Comissão deve incluir as seguintes funções:
 - O Secretariado: coordenação da política de defesa comum do continente;
 - Secretariado: Assuntos políticos e coordenação das posições comuns na área de política externa (cooperação política, coordenação de posições comuns na área de política externa, direitos humanos; e
 - Autoridade: A transformação da actual Comissão em Autoridade se destina a reforçar o quadro institucional da União a fim de permitir que ela possa desempenhar o seu papel na aceleração da integração política e socioeconómica do continente a fim de criar os Estados Unidos de África.

2. Outras iniciativas

15. Para encontrar uma solução efectiva e duradoura para esta situação persistente, a Comissão iniciou o seguinte:
 - i . racionalização das CER que conduziu ao reconhecimento das 8 CER;
 - ii . quantificação dos cenários de racionalização (estudo em curso);
 - iii elaboração e adopção da Carta Africana sobre Estatísticas (ratificação pelos países em curso);

- iv criação de instituições financeiras (Artigo 19 do Acto Constitutivo), adopção dos textos fundadores do BAI (ratificação do Protocolo e Estatuto em curso).

IV. Iniciativa Mais Recente: Programa de Integração Mínima (PIM)

1. Definição de PIM

- 16. O Programa de Integração Mínima é constituído por um conjunto de actividades, projectos e programas que as CER seleccionaram a fim de acelerar e concluir o processo de integração regional e continental. Portanto, o PIM é um mecanismo de convergência entre as CER e centra-se em algumas áreas prioritárias de preocupação ao nível regional e continental, onde as CER poderiam reforçar a sua cooperação e beneficiar das vantagens comparativas e boas práticas no domínio da integração.
- 17. O PIM incorpora objectivos materializáveis do Plano Estratégico da UA (2009-20129, bem como um mecanismo de monitorização e avaliação. Ele será implementado pelas CERs, Estados-membros da UA, em colaboração com os vários parceiros de desenvolvimento de África. O PIM foi concebido em conformidade com a abordagem de geometria variável de integração segundo a qual as CERs devem progredir a ritmos diferentes no processo de integração. Para este efeito, as CCER continuarão a implementar os seus respectivos programas (considerados como os seus programas prioritários) e procurar, simultaneamente, trabalhar a fim de realizar outras actividades contidas no PIM.

2. Qual o significado do conceito “mínimo”

- 18. O termo “Mínimo” deve, neste contexto, ser visto sob dois ângulos:
 - a) O conceito “mínimo” deve ser compreendido como sendo um programa com quatro projectos a serem levados a cabo por cada uma das CERs e implementados dentro de um período de quatro anos, um período que corresponde a uma fase do PIM;
 - b) O conceito “mínimo” não deve ser interpretado como sendo um número limitado de projectos a serem implementados, uma vez que as CERs não se encontram ao mesmo nível em termos de resultados alcançados na área de integração. Portanto, no caso de algumas CERs que já tivessem realizado os objectivos dos projectos sectoriais contido no PIM, isso iria significar que essas CERs iriam se encontrar numa posição de inactividade. Consequentemente, deve-se manter todos os sectores e subsectores considerados como sendo as áreas prioritárias pelas CERs.

3. Objectivos

- 19. O PIM tem vários objectivos, incluindo os seguintes:
 - i Situar as CERs em relação à implementação do Tratado de Abuja;

- ii Destacar os programas prioritários regionais e continentais iniciados pela Comissão e cuja implementação, em conformidade com o princípio de subsidiariedade, seja da competência das autoridades nacionais ou regionais;
- iii Identificar os projectos regionais e continentais na CUA e CERs, cuja implementação depende do princípio de subsidiariedade;
- iv Reforçar as iniciativas em curso no que diz respeito à cooperação económica entre as CERs, e identificar medidas susceptíveis de acelerar a integração numa selecção de sectores e áreas prioritárias;
- v Identificar os sectores prioritários que necessitam de uma maior coordenação e harmonização em cada uma das CERs e entre elas;
- vi Reproduzir as experiências de integração bem-sucedidas em certas CERs e expandi-las para outras Comunidades;
- vii Apoiar as CERs na identificação e implementação de actividades prioritárias a fim de superar as várias fases de integração previstas no Artigo 6 do Tratado de Abuja;
- viii Apoiar as CERs na implementação do PIM através de um calendário claramente definido; ~
- ix Desenvolver e implementar outras medidas de acompanhamento para facilitar a criação de um mercado único em todos os sectores prioritários;
- x Identificar projectos e programas cuja implementação é baseada nas relações entre as CERs.

4. Áreas de aplicação: sectores e subsectores em causa

20. As CER aceitaram os seguintes sectores como prioritários:

- **Circulação livre de pessoas, bens, serviços e capitais (100%);**
- **Paz e segurança (100%);**
- **Infra-estruturas e energia (100%);**
- **Agricultura (100%);**
- **Comércio (86%);**
- **Indústria (86%);**
- **Investimento (86%);**
- **Estatísticas (86%);**

Além dos sectores prioritários mencionados acima, as CER consideraram o imperativo de levar a cabo certas actividades urgentes descritas como medidas de acompanhamento nas seguintes áreas:

- **Assuntos políticos (71%);**
- **Ciência e tecnologia (57%); e**
- **Assuntos sociais (57%).**

Fonte: CUA (2009), PIM

5. Análise do PIM

a) Intervenientes na implementação do PIM

21. Os actores envolvidos na implementação do PIM são os Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais e a Comissão da União Africana. O PIM tem igualmente a vantagem de oferecer aos doadores, instituições parceiras do Sistema das Nações Unidas, bem como a outros parceiros de desenvolvimento, mais visibilidade e coesão nas acções a serem levadas a cabo.
22. As múltiplas parcerias que a UA estabelece com o resto do mundo devem ter a sua "secção PIM" ou ajustar-se parcial ou totalmente no molde PIM.

b) Desafios e constrangimentos na implementação do PIM

23. Os principais constrangimentos que podem impedir ou abrandar a implementação do PIM e, portanto, a aceleração do processo de integração, são, entre outros aspectos, os seguintes: a falta de liderança e coordenação da CUA, falta de compatibilidade entre as políticas nacionais e abordagens regionais; e, em menor medida, a adesão pelos países a várias CER. Neste caso, a questão de equilíbrio a ser encontrado entre as soberanias nacionais e o poder a ser atribuído às CER e à CUA merece ser respondida de forma eficaz e a longo prazo.

c) O problema de financiamento do PIM

24. Pensa-se que atenção especial deve ser dada ao financiamento do PIM. Neste sentido, três importantes fontes de financiamento foram propostas, nomeadamente:
 - i) Fontes internas (contribuições estatutárias dos Estados-membros e as fontes alternativas de financiamento actualmente em processo de identificação);
 - ii) Contribuição das instituições financeiras Pan-Africanas, BAD (Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Central Africano, em processo de criação); e
 - iii) Fontes externas (essencialmente dos parceiros de desenvolvimento);
25. Contudo, para assegurar que a implementação do PIM não enfrente qualquer problema financeiro, propõe-se a criação de um "Fundo de Integração", destinado a financiar o PIM. Este fundo poderia estar baseado no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) ou no futuro Banco Africano de Investimento (BAI) em processo de criação.

26. Além disso, a CUA irá levar a cabo uma série de consultas junto das CER a fim de desenvolver uma estratégia de financiamento do PIM. Assim, a estratégia terá de:

- Identificar as fontes de financiamento junto das diferentes CER;
- Identificar os fundos utilizados pelas CER para implementar as actividades em curso e projectos contidos no PIM;
- Identificar os fundos existentes na CUA atribuídos às actividades em curso do PIM;
- Avaliar os montantes necessários para implementar cada uma das actividades ou projectos contidos no PIM no âmbito das reuniões sectoriais já mencionadas;
- Criar uma estratégia de mobilização de recursos financeiros junto dos parceiros de desenvolvimento;
- Propor medidas necessárias para a criação, funcionamento e gestão do Fundo de Integração; e
- Definir as relações entre os fundos regionais especializados nas CER e o Fundo de Integração proposto.

6. Conteúdo da Fase Inicial do PIM

27. Os resultados do estudo que foi levado a cabo pela CUA permitiu identificar o conteúdo do PIM, que é resumido na tabela abaixo. Esta matriz tem quatro colunas e apresenta os sectores prioritários, subsectores, objectivos e projectos ou actividades a serem implementados entre 2009 e 2012 (período do PIM I). Entende-se que no final do período do PIM I, alguns projectos ou actividades não terão sido executados integralmente ou poderiam estar em curso. Portanto, esses projectos ou actividades serão integrados no PIM II, que irá provavelmente criar uma ponte entre as fases sucessivas do PIM.

Sectores prioritários da primeira fase (2009-2012) do	Subsectores da primeira fase (2009-2012) do PIM	Objectivos da primeira fase (2009-2012)	Projectos, actividades e programas a serem implementados na primeira fase (2009-2012)
Comércio	Barreiras tarifárias (BT)	Eliminação gradual das barreiras tarifárias (BT) em todas as CER	Aceleração da implementação de programas para a eliminação de BT em todas as CER.
	Barreiras não tarifárias (NBT)	Eliminação das barreiras não tarifárias (BNT) nas CER	Estabelecimento/operacionalização de sistemas informatizados em todas as CER a fim de detectar e eliminar todos os obstáculos não tarifários ao comércio.
	Regras de origem	Simplificação e harmonização das regras de origem	Simplificação e harmonização das regras de origem em todas as CER e entre elas.
	FTA	Assinatura de acordos de parceria entre as CER	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura de acordos de parceria entre as CER; e • Harmonização dos programas das CER.
	Alfândegas	Harmonização gradual dos procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Aceleração do estabelecimento de Uniões Aduaneiras nas CER; e

		alfandegários e estabelecimento de uma união aduaneira em todas as CER com uma Pauta Externa Comum (PEC)	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem do problema de adesão dos Estados-membros a mais do que uma CER incentivando a criação de um quadro de cooperação entre as Comunidades com vista a criar eventualmente Uniões Aduaneiras entre os grupos de CERs.
Livre Circulação	Livre circulação de pessoas	Circulação livre ilimitada de pessoas nas regiões e circulação livre limitada entre elas.	<ul style="list-style-type: none"> Aceleração da elaboração efectiva de protocolos regionais sobre a livre circulação de pessoas, direitos de residência e estabelecimento; Isenção de visto para os africanos com passaporte diplomático e de serviço; Flexibilização da regulamentação relativa aos vistos para algumas categorias de pessoas (empresários, pesquisadores e académicos); e Instituição de instrumentos de segurança para melhorar a cooperação em matéria de segurança e combater o terrorismo em cada CER e entre as regiões.
	Livre circulação de bens	Livre circulação de bens nas regiões	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de mecanismos para facilitar a livre circulação de bens nas regiões; e Harmonização, nas regiões, de alguns instrumentos para promover a livre circulação de bens na região.
	Livre circulação de serviços e capitais	Livre circulação gradual de serviços e capitais nas regiões	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento, em cada CER, de um quadro jurídico (protocolo) para a livre circulação de serviços e capitais.
Paz e Segurança	Todos os subsectores	Prevenção e resolução de conflitos, e desenvolvimento pós-conflito em África	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento e operacionalização de um sistema de alerta prévio para conflitos, e de unidades de vigilância para observação e monitorização; Estabelecimento e operacionalização de uma Força Africana em Estado de Alerta e de brigadas regionais; Implementação do Programa de Fronteiras da União Africana; e Promoção da diplomacia preventiva na resolução de conflitos.
Infra-estruturas e Energia	Transporte/Energia/TIC	Desenvolvimento de infra-estruturas em África	<ul style="list-style-type: none"> Aceleração da implementação do Plano de Acção da NEPAD (STAP) Assegurar a participação efectiva das CER no processo de formulação do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA); e Apoiar as CER no reforço das suas capacidades para formular e desenvolver projectos de infra-estruturas.
Agricultura	Todos os subsectores	Acelerar a implementação do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP)	<ul style="list-style-type: none"> Harmonizar os vários programas regionais de segurança alimentar; Estabelecer, onde não exista, um sistema de gestão de informação sobre a agricultura; Partilhar a experiência entre as CER; Implementar a Decisão de Maputo de destinar 10% dos orçamentos nacionais ao desenvolvimento da agricultura; e Estabelecer um fundo especial em todas as CER
Indústria	Todos os subsectores	Desenvolver o sector industrial em África	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um quadro jurídico para promover políticas industriais (Protocolo)

			em cada CER; <ul style="list-style-type: none"> Operacionalizar, em cada CER, o Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial em África.
Investimento	Políticas de investimento	Criar uma plataforma regional e continental para promover o investimento	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer protocolos de investimento regionais; Harmonizar os vários protocolos; Formular um código de investimento continental; e Acelerar o estabelecimento do Banco Africano de Investimento
Ciência e Tecnologia	Educação	Desenvolvimento do sistema da educação em África	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar as CER e os Estados-membros a implementar o Plano de Acção para a Segunda Década da Educação em África.
	Ciência e Tecnologia	Promover a utilização da ciência e tecnologia para eliminar a pobreza em África	Incentivar as CER e os Estados-membros a implementar o Plano de Acção Consolidado para a Ciência e Tecnologia em África.
Assuntos Sociais	Saúde	Aumentar o acesso de africanos aos cuidados de saúde primários	<ul style="list-style-type: none"> Implementar a Estratégia de Saúde Africana (2007-2015).
	Género	Promover a participação da mulher no desenvolvimento económico	Estabelecer associações regionais de mulheres empresárias.
Assuntos Políticos	Eleições e promoção de instituições democráticas	Promover eleições democráticas e a mudança do poder político	<ul style="list-style-type: none"> Ratificação e implementação da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação.
	Governação	Melhorar a governação nas CER	<ul style="list-style-type: none"> Criar um Mecanismo de Revisão pelos Pares em cada CER; e Incentivar todos os Estados-membros a aceder ao processo MARP.
Estatísticas	Harmonização das estatísticas	Preparar instrumentos para facilitar a harmonização das estatísticas em África	<ul style="list-style-type: none"> Ratificação da Carta Africana sobre Estatísticas pelos Estados-membros; e Preparar guias continentais para a recolha de dados, harmonização de normas de avaliação, etc.
Capacitação	Todos os subsectores	Reforçar as capacidades das CER, CUA e Estados-membros	<ul style="list-style-type: none"> Organizar sessões de formação nos vários subsectores do PIM para os oficiais das CER, CUA e Estados-membros; Capitação institucional das CER e CUA; e Desenvolver um programa destinado à partilha de experiências e boas práticas entre as CER.
Políticas Fiscal	Inflação/taxas de juro/défi ce fiscal	Harmonizar as políticas fiscais ao nível de cada CERs	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a harmonização das políticas fiscais ao nível da cada CERs.
Política Monetária	Sistemas de pagamento/convergência macroeconómica/sector bancário	Intensificar as acções para o estabelecimento do Banco Central Africano (BCA) e o Fundo Monetário Africano (FMA)	<ul style="list-style-type: none"> Acelerar o estabelecimento do Banco Central Africano e do Fundo Monetário Africano.
Desenvolvimento dos mercados financeiros	Stock Exchange	Estabelecer a Bolsa de Valores Pan-Africana	<ul style="list-style-type: none"> Criar um ambiente propício para a promoção de mercados financeiros nacionais e regionais.

Fonte. Situação da integração em África, CUA, 2010.

28. Os seus programas e actividades prioritários já foram acordados pelas CERs durante as duas reuniões sectoriais organizadas nos dias 10 e 11 de Maio de 2010 e nos dias 1 e 2 de Junho de 2010 em Nairobi e Lilongwe, respectivamente. Esses programas poderiam ser utilizados como directrizes para a harmonização das CERs com vista a atingir gradualmente as restantes fases a nível continental, a partir de 2018.

IV. Perspectivas dos Directores Executivos das CER

29. Na Oitava Reunião do Comité de Coordenação da União Africana (UA), Comunidades Económicas Regionais (CERs), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Secretariado do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), realizada a 8 de Novembro de 2010 em Zanzibar, Tanzânia, os Directores Executivos recomendaram o seguinte:

Implementação do PIM: Plano de Acção

- As CERs que desejarem fazê-lo, devem submeter os seus comentários e observações à Comissão da UA dentro de duas (2) semanas; e
- A CUA deve incluir no Plano de Acção do PIM a avaliações dos progressos alcançados pelas CERs como uma actividade destinada à partilha de experiências.

Projecto de Protocolo proposto relativo às Relações entre a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais

- Solicitar à CUA para que submeta as alterações propostas relativas ao Protocolo à reunião dos juristas da CUA e CERs para apreciação e recomendações

Nota Conceptual sobre a instituição de uma Cimeira sobre Desenvolvimento e Integração Económica

- Solicitar à CUA para que exorte os Chefes de Estado e de Governo da UA a dedicar um dia da Conferência da União a questões de integração e desenvolvimento.

Economia Rural e Agricultura

- Devem ser tomadas necessárias pelos intervenientes a fim de acelerar a implementação do CAADP; e
- Necessidade de organizar fóruns regulares para discutir os mecanismos de implementação do CAADP, com base nas perspectivas da UA.

Infra-estruturas e Energia

- Solicitar à CUA para que, em colaboração com as CER, tome as medidas necessárias para a rápida implementação do PIDA e suas actividades conexas.

V. Conclusões e Via a Seguir

30. Para abordar todos os constrangimentos acima, chegou-se às seguintes conclusões:

- A CUA, em colaboração com os seus parceiros, deve tomar todas as medidas necessárias destinadas a mobilizar recursos internos e externos necessários para a implementação do PIM;
- A CUA, em colaboração com o BAD, CEA e CER, deve acolher mesas redondas com os doadores com vista a mobilizar fundos necessários para financiar o PIM;
- A Comissão da União Africana, CEA e CER devem sensibilizar os Estados-membros sobre as vantagens da integração e necessidade de implementar as actividades do PIM em tempo oportuno;
- A CUA deve reforçar as instituições existentes e, se necessário, estabelecer acordos institucionais adequados de modo a facilitar a coordenação entre as várias organizações responsáveis pela implementação e os parceiros externos.
- A CUA deve intensificar as consultas com a CER e utilizar a reunião de coordenação de forma positiva com vista a coordenar, monitorizar e avaliar o PIM;
- A abertura de escritórios de representação nas CER irá facilitar a comunicação com estas e assegurar a monitorização efectiva da implementação do PIM;
- No âmbito da sua cooperação, a CUA e as CER devem fazer uma permuta de funcionários com vista a beneficiar das experiências adquiridas;
- A CUA, em colaboração com as CER, deve acolher sessões de formação sectoriais com vista a reforçar a capacidades do seu pessoal; e
- A CUA deve desenvolver um quadro de monitorização e avaliação para acompanhar os progressos registados rumo à realização dos objectivos de integração, e avaliar os resultados dos programas e projectos orientados para a realização desses objectivos.

Questões para análise:

- Apoio para a implementação do PIM;
- Os Estados-membros devem financiar parcialmente os grandes projectos de integração e integrar o PIM nos Planos de Desenvolvimento nacionais e regionais;
- Os Estados-membros devem facilitar a ratificação e implementação de todos os Protocolos relativos a questões de integração;
- Devem ser feitos esforços para incentivar o estabelecimento de FTAs entre as CERs. As medidas tomadas pela COMESA, CEA e SADC para criar um

mercado único são louváveis na medida em que contribui para a promoção do comércio nas três CERs;

- Os esforços devem ser intensificados de modo a: harmonizar as políticas comerciais, tais como documentos comuns para o desalfandegamento transfronteiriço de cargas, viaturas e circulação de empresários; remover a duplicação desnecessária de programas; harmonizar os códigos de investimento e de mobilidade dos factores, e promover uma verdadeira unificação dos mercados regionais; e
- Os serviços e infra-estruturas físicas eficazes e acessíveis, tecnologias de informação e comunicação são necessários para apoiar a integração dos mercados. Esses esforços contribuirão para reduzir substancialmente o custo de fazer negócios em África, que por sua vez contribui para a expansão do comércio e a integração dos mercados dentro e entre as CERs.